



Indústrias extrativas (CNAE B)

Taxonomia Sustentável Brasileira

Sumário

Indústrias extrativas (CNAE B) 3

Visão geral do setor 3

Priorização das atividades 4

Segunda fase da consulta pública 4

Objetivo 1 – Mitigação da mudança do clima 4

Categorias de atividades qualificadas 4

Atividades específicas do setor 4

B1: Mineração de minério de ferro 4

B2: Mineração de minério de alumínio 5

B3: Mineração de minério de nióbio 6

B4: Mineração de minério de níquel 7

B5: Mineração de minério de lítio 7

B6: Mineração de minério de cobre 8

B7: Mineração de minério de terras raras 9

B8: Mineração de grafita 9

B9: Mineração de quartzo 10

Não prejudicar significativamente (gerais para qualquer atividade do setor) 11

Referências 19

Anexo A1. Critérios de Não prejudicar significativamente os objetivos econômicos-sociais 9 e 10 20



Indústrias extrativas (CNAE B)

Visão geral do setor

A indústria de extração de minérios metálicos e não metálicos é um pilar fundamental da economia brasileira, contribuindo significativamente (aproximadamente 4% em 2021, Leão e Rabelo, 2023) para seu Produto Interno Bruto (PIB) e gerando cerca de 200 mil empregos diretos e 800 mil indiretos (EY e IBRAM, 2024). Em 2021, a produção das onze principais substâncias metálicas, que incluem minério de ferro, bauxita, cobre e outros, foi responsável por aproximadamente R\$ 312,9 bilhões, representando 89% do valor total da produção mineral no país (Agência Nacional de Mineração, 2023). O minério de ferro constitui cerca de 80% do valor total da produção mineral do Brasil, originado principalmente nos estados do Pará e Minas Gerais.

Alguns minerais são componentes essenciais em muitas das tecnologias de energia limpa necessárias para uma economia de baixo carbono, incluindo baterias, turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos, eletrolisadores, veículos elétricos e redes de eletricidade. A projeção da Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency* - IEA, por suas siglas em inglês) sob o cenário Emissões Líquidas Zero até 2050 (*Net Zero Emission* - NZE, por suas siglas em inglês) é que a demanda mineral por tecnologias de energia limpa quase dobrará até 2030 (IEA, 2024). Metais como cobre, níquel, lítio e cobalto provavelmente verão os maiores aumentos de demanda, criando oportunidades significativas de crescimento para o setor de mineração do Brasil.

Além da produção direta e das exportações, o setor de mineração gera receitas governamentais significativas por meio de *royalties* e impostos. Em 2023, os *royalties* dos principais minerais somaram R\$ 6,86 bilhões, com o minério de ferro sozinho contribuindo com quase 75% da receita total de *royalties*.

Considerando o potencial econômico das divisões 07 (extração de minerais metálicos) e 08 (extração de minerais não-metálicos) da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para a economia nacional, a reconhecida relevância de minérios críticos para a mitigação da mudança do clima (IEA, 2024), e o enquadramento dado até o momento para mineração e para atividades econômicas de cadeias de valor associadas, foram selecionados os seguintes minérios para tratamento na primeira fase da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB): lítio, níquel, cobre, nióbio, grafite, terras raras, quartzo, ferro e bauxita.¹

A extração de minerais se posiciona no início de diversas cadeias de valor, e por sua natureza tem baixa concentração relativa de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de escopo 1 e 2, e uma elevada concentração de emissões de escopo 3. Estas emissões de escopo 3 estão associadas ao processamento posterior à extração e ao beneficiamento (p.ex., produção de ferro e aço respondem por cerca de 90% das emissões de GEE da cadeia de valor do minério de ferro), ou ao uso direto (p.ex., combustão de combustíveis fósseis) de minerais (CDP, 2024).

O setor econômico compreende atividades de extração de minerais em estado natural em minas subterrâneas, a céu aberto, ou em poços. Inclui também atividades complementares, como o beneficiamento associado à extração, necessárias para melhorar a qualidade do produto e facilitar a comercialização. Não estão incluídas no setor atividades relacionadas ao processamento que altere as características físicas ou químicas dos minerais, como processos metalúrgicos de pirometalurgia, lixiviação química, ou eletrólise (CNAE C, divisão 24).

¹ Minério de ferro e minério de bauxita incluídos por sua relevância para a economia nacional e pela relevância das atividades de refino e processamento para a mitigação da mudança do clima.

Priorização das atividades

A priorização das atividades econômicas nos setores do Plano de Ação da TSB foi realizada por meio de uma análise quantitativa e qualitativa, considerando dados disponíveis. Os indicadores utilizados para essa avaliação incluem uma série histórica de cinco anos dos seguintes indicadores: 1) PIB, emprego e Índice de Complexidade Econômica, que medem a relevância social e econômica das atividades; 2) emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e outros indicadores climáticos baseados em cenários do Painel Intergovernamental da Mudança do Clima (IPCC, por suas siglas em inglês) e da Agência Internacional de Energia (AIE), que avaliam o potencial de mitigação da mudança do clima; 3) a existência de atividades econômicas em outras taxonomias, que favorecem a interoperabilidade; e 4) uma avaliação de especialistas, que considera prioridades climáticas e regulamentações do setor, refletindo a importância no contexto brasileiro. Os dados foram normalizados e pontuados, com pesos diferenciados conforme a importância setorial, a fim de priorizar as atividades de acordo com um sistema padronizado.

Segunda fase da consulta pública

Os limites dos critérios técnicos de mitigação e os critérios técnicos de adaptação dos setores, não contemplados na primeira etapa da consulta pública da TSB foram integrados nesta versão do documento. Os dados foram discutidos e elaborados pelos grupos técnicos setoriais e definidos com base em estudos e legislação pertinentes. Também, foram incluídos explicitamente os critérios de Não Prejudicar Significativamente (NPS) dos objetivos econômico-sociais de redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos de gênero, raça e seus contextos regionais e territoriais. A segunda fase da consulta pública da TSB ocorrerá no período de 17/02/2025 a 31/03/2025.

Objetivo 1 – Mitigação da mudança do clima

Categorias de atividades qualificadas

- B1: Mineração de minério de ferro
- B2: Mineração de minério de alumínio
- B3: Extração de minério de nióbio
- B4: Extração de minério de níquel
- B5: Extração de minério de lítio
- B6: Extração de minério de cobre
- B7: Beneficiamento de minérios de terras raras, cobre e lítio
- B8: Extração e beneficiamento (associado a extração) de grafita
- B9: Extração e beneficiamento (associado a extração) de quartzo

Atividades específicas do setor

B1: Mineração de minério de ferro

CNAEs:

- 0710-3/01: Extração de minério de ferro
- 0710-3/02: Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro

Descrição:

- Extração de minério de ferro;
- Beneficiamentos de minério de ferro associados ou em continuação à extração (concentração, trituração etc.);

Exclusões:

- Extração de piritas;
- Atividades de apoio à extração de minério de ferro realizadas sob contrato.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras².
- Emissão de escopo 1 e 2 por tonelada de minério bruto (Run of Mine - ROM, por suas siglas em inglês) relativas à extração e beneficiamento contínuo não envolvendo sinterização e pelotização deve ser inferior à $0,008 \text{ tCO}_2\text{e/t}_{\text{minério}}^3$
- Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas que contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima:
 - Ferro – demonstração de alinhamento da venda de minério para atividades econômicas de produção de ferro e aço (CNAE C, grupos 24.1 e 24.2) em conformidade com critérios técnicos estabelecidos na TSB ou em taxonomias internacionais para mitigação da mudança do clima.

B2: Mineração de minério de alumínio**CNAEs:**

- 0721-9/01: Extração de minério de alumínio
- 0721-9/02: Beneficiamento de minério de alumínio

Descrição:

- Extração de minério de alumínio (bauxita) e os beneficiamentos associados ou em continuação à extração;
- Beneficiamento de alumínio associado ou em continuação à extração.

Exclusões:

- Fabricação de alumina (óxido de alumínio).

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado

² O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

³ Para efeitos de cálculo de emissões de escopo 1 para as indústrias extrativas devem ser desconsideradas as emissões relativas à mudança do uso do solo.

Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras⁴.

- B. Emissão de escopo 1 e 2 por tonelada de minério ROM deve ser inferior à $0,023 \text{ tCO}_2\text{e/t}_{\text{minério}}$ ⁵
- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas que contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima:
 - i. Alumínio – demonstração de alinhamento da venda de minério para atividades econômicas de produção de alumínio (CNAE C, grupo 24.4, Classe 24.41-5) em conformidade com critérios técnicos estabelecidos na TSB ou em taxonomias internacionais para a mitigação da mudança do clima.

B3: Mineração de minério de nióbio

CNAE:

- 0729-4/01: Extração de minérios de nióbio e titânio

Descrição:

- Extração de minério de nióbio;
- Beneficiamento de minério de nióbio associado ou em continuação à extração.

Exclusões:

- Atividades de apoio à extração de nióbio e realizadas sob contrato.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A. A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras⁶.
- B. Apresentação de relatórios anuais com a quantificação de emissões de escopo 1 e 2 para minério extraído ROM seguindo os critérios estabelecidos na norma NBR ISO 14064.
 - i. Em no máximo cinco anos após a publicação da TSB ou em prazo anterior caso seja possível o estabelecimento de uma linha de base, este componente do critério deve ser atualizado com limites máximos de emissões de escopo 1 e 2.
- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas relacionadas à fabricação de baterias, acumuladores de energia e equipamentos semelhantes, ou a ligas metálicas, e que comprovadamente contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima.

⁴ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

⁵ Para efeitos de cálculo de emissões de escopo 1 para as indústrias extrativas devem ser desconsideradas as emissões relativas à mudança do uso do solo.

⁶ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

B4: Mineração de minério de níquel

CNAE:

- 0729-4/03: Extração de minério de níquel

Descrição:

- Extração de minério de níquel;
- Beneficiamento de minério de níquel associado ou em continuação à extração.

Exclusões:

- Atividades de apoio à extração de minério de níquel realizadas sob contrato;
- Produção de mates de níquel.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras⁷.
- Emissão de escopo 1 e 2 por tonelada de minério ROM deve ser inferior à 0,007 tCO₂e/t_{minério}⁸.
- Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas relacionadas à fabricação de baterias, acumuladores de energia e equipamentos semelhantes que comprovadamente contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima.

B5: Mineração de minério de lítio

CNAEs:

- 0729-4/04: Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
- 0729-4/05: Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente

Descrição:

- Extração de minério de lítio;
- Beneficiamentos associados ou em continuação à extração de minério de lítio.

Exclusões:

- Beneficiamento de minerais metálicos de lítio associado ou em continuação à extração.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

⁷ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

⁸ Para efeitos de cálculo de emissões de escopo 1 para as indústrias extrativas devem ser desconsideradas as emissões relativas à mudança do uso do solo.

- A. A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras⁹.
- B. Emissão de escopo 1 e 2 por tonelada de minério ROM deve ser inferior à $0,017 \text{ tCO}_2\text{e/t}_{\text{minério}}$ ¹⁰.
- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas relacionadas à fabricação de baterias, acumuladores de energia e equipamentos semelhantes que comprovadamente contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima.

B6: Mineração de minério de cobre

CNAEs:

- 0729-4/04: Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
- 0729-4/05: Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente

Descrição:

- Extração de minério de cobre;
- Beneficiamentos associados ou em continuação à extração de minério de cobre.

Exclusões:

- Beneficiamento de minerais metálicos de cobre associado ou em continuação à extração.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A. A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras¹¹.
- B. Emissão de escopo 1 e 2 por tonelada de minério ROM deve ser inferior à $0,005 \text{ tCO}_2\text{e/t}_{\text{minério}}$ ¹².
- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas relacionadas à fabricação de cabos, fios, e elementos condutores necessários para a geração, transmissão e distribuição de eletricidade ou que contribuam para a eletrificação de atividades econômicas, e que comprovadamente contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima.

⁹ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

¹⁰ Para efeitos de cálculo de emissões de escopo 1 para as indústrias extrativas devem ser desconsideradas as emissões relativas à mudança do uso do solo.

¹¹ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

¹² Para efeitos de cálculo de emissões de escopo 1 para as indústrias extrativas devem ser desconsideradas as emissões relativas à mudança do uso do solo.

B7: Mineração de minério de terras raras

CNAEs:

- 0729-4/04: Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente
- 0729-4/05: Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente

Descrição:

- Extração de minério de terras raras;
- Beneficiamentos associados ou em continuação à extração de minério de terras raras.

Exclusões:

- Beneficiamento de minerais metálicos de terras raras associado ou em continuação à extração.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A. A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras¹³.
- B. Apresentação de relatórios anuais com a quantificação de emissões de escopo 1 e 2 para minério extraído ROM seguindo os critérios estabelecidos na norma NBR ISO 14064.
 - i. Em no máximo cinco anos após a publicação da TSB ou em prazo anterior caso seja possível o estabelecimento de uma linha de base, este componente do critério deve ser atualizado com limites máximos de emissões de escopo 1 e 2.
- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas relacionadas à fabricação de baterias, acumuladores de energia e equipamentos semelhantes, à fabricação de equipamentos de geração de energia elétrica ou de moléculas sustentáveis, e que comprovadamente contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima.

B8: Mineração de grafita

CNAE:

- 0899-1/01: Extração de grafita

Descrição:

- Extração de grafita e seu beneficiamento em continuação à extração.

Exclusões:

- Atividades de apoio à extração de grafita realizadas sob contrato;
- Beneficiamentos de grafita não associados à extração.

¹³ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A. A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras¹⁴.
- B. Apresentação de relatórios anuais com a quantificação de emissões de escopo 1 e 2 para minério extraído ROM seguindo os critérios estabelecidos na norma NBR ISO 14064.
 - i. Em no máximo cinco anos após a publicação da TSB ou em prazo anterior caso seja possível o estabelecimento de uma linha de base, este componente do critério deve ser atualizado com limites máximos de emissões de escopo 1 e 2.
- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério com cadeias de valor que desaguem em atividades econômicas relacionadas à fabricação de baterias, acumuladores de energia e equipamentos semelhantes que comprovadamente contribuam substancialmente com a mitigação da mudança do clima.

B9: Mineração de quartzo**CNAE:**

- 0899-1/02: Extração de quartzo

Descrição:

- Extração de quartzo nas suas diversas variedades (cristal de rocha, citrino, esfumado, rosa leitoso etc.) e seu beneficiamento em continuação à extração.

Exclusões:

- Atividades de apoio à extração de quartzo realizadas sob contrato;
- Beneficiamentos de quartzo não associados à extração.

Contribuição substancial para o objetivo 1 - Mitigação da mudança do clima:

As atividades do setor deverão demonstrar alinhamento com os critérios A, B e C:

- A. A energia elétrica utilizada deverá ser proveniente de usinas que utilizem fontes e tecnologias de geração de energia incluídas no CNAE D da TSB – Eletricidade e Gás, por meio de geração própria, Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no mercado de curto prazo do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou, ainda, por meio da compra de energia no mercado regulado, diretamente das distribuidoras¹⁵.
- B. Apresentação de relatórios anuais com a quantificação de emissões de escopo 1 e 2 para minério extraído ROM seguindo os critérios estabelecidos na norma NBR ISO 14064.
 - i. Em no máximo cinco anos após a publicação da TSB ou em prazo anterior caso seja possível o estabelecimento de uma linha de base, este componente do critério deve ser atualizado com limites máximos de emissões de escopo 1 e 2.

¹⁴ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

¹⁵ O Brasil possui um alto nível de renovabilidade em sua matriz elétrica, alcançando mais de 90% de sua eletricidade proveniente de fontes renováveis. Ver Panorama Geral do Setor do caderno do CNAE D – Eletricidade e Gás

- C. Demonstração de alinhamento da venda de minério para a produção de silício metálico via processos livres de carbono fóssil (substituição por carbono biogênico) e destinado para a fabricação de equipamentos fotovoltaicos.

Não prejudicar significativamente (gerais para qualquer atividade do setor)

O princípio de Não Prejudicar Significativamente (NPS) no setor de Indústrias extrativas (CNAE B) é fundamentado na adoção de medidas complementares às práticas qualificadas. Essas medidas são essenciais para assegurar que a implementação das práticas não resulte em impactos adversos sobre nenhum dos outros objetivos climáticos e ambientais.

Para que uma prática, ou o investimento em tal prática, seja considerada alinhada à TSB, além das demais exigências já mencionadas, é necessário que haja evidência documentada comprovando que medidas, como as exemplificadas abaixo, estão efetivamente em vigor na propriedade onde a prática elegível será realizada.

Abaixo, apresenta-se uma lista não exaustiva de exemplos de medidas que previnem prejuízo a cada um dos objetivos climáticos e ambientais da TSB. Essa lista será revisada periodicamente com base em novas evidências científicas e nas experiências adquiridas ao longo da implementação deste documento.

Adicionalmente, devem ser cumpridos os critérios de Não Prejudicar Significativamente dos objetivos econômico-sociais de redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos de gênero, raça e seus contextos regionais e territoriais, listados no Anexo A1.

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

Adaptação à mudança do clima	<ul style="list-style-type: none"> • A atividade econômica implementou soluções estruturais e processuais que reduzem substancialmente os riscos climáticos físicos, mais importantes, e materiais dessa atividade. • Os riscos climáticos físicos materiais para a atividade foram identificados para a) estresse por calor, frio e hídrico; b) danos por enchentes, tempestades, movimento em massa, e incêndio florestal; c) mudanças em condições marinhas; e d) risco múltiplo. Para estas classes deve ser realizada uma avaliação robusta de risco climático e vulnerabilidade com as seguintes etapas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Triagem da atividade para identificar quais riscos climáticos físicos listados acima podem afetar o desempenho da atividade econômica durante sua vida útil esperada; ○ Onde a atividade é avaliada como estando em risco de um ou mais dos riscos climáticos listados, uma avaliação de risco climático e vulnerabilidade para avaliar a materialidade dos riscos climáticos físicos na atividade econômica; ○ Uma avaliação de soluções de adaptação que podem reduzir o risco climático físico identificado. • A avaliação de risco climático e vulnerabilidade é proporcional à escala da atividade e sua vida útil esperada, de modo que:
------------------------------	---

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Para atividades com uma vida útil esperada de menos de 10 anos, a avaliação é realizada, pelo menos usando projeções climáticas na menor escala apropriada; ○ Para todas as outras atividades, a avaliação é realizada usando a mais alta resolução disponível, projeções climáticas de última geração em toda a gama existente de cenários futuros consistentes com a vida útil esperada da atividade, incluindo, pelo menos, cenários de projeções climáticas de 10 a 30 anos para grandes investimentos. • As projeções climáticas e a avaliação de impactos climáticos são baseadas nas melhores práticas e orientações disponíveis e levam em consideração a ciência de última geração para análise de vulnerabilidade e risco e metodologias relacionadas, de acordo com os relatórios mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, publicações científicas revisadas por pares e modelos climáticos de código aberto ou proprietários. • As soluções de adaptação implementadas devem: <ul style="list-style-type: none"> ○ Não afetar adversamente os esforços de adaptação ou o nível de resiliência aos riscos climáticos físicos de outras pessoas, da natureza, do patrimônio cultural, de ativos e de outras atividades econômicas; ○ Favorecer soluções baseadas na natureza ou depender de infraestrutura azul ou verde na medida do possível; ○ Ser consistentes com planos e estratégias de adaptação locais, setoriais, regionais ou nacionais; ○ Ser monitoradas e medidas em relação a indicadores predefinidos e ações corretivas são consideradas quando esses indicadores não são atendidos; ○ Quando a solução implementada é física e consiste em uma atividade para a qual critérios técnicos de seleção foram especificados neste Anexo, a solução está em conformidade com os critérios técnicos de não prejudicar significativamente essa atividade.
Proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação das condições em que a atividade extrativa prejudica significativamente os ecossistemas e a biodiversidade, deve considerar os critérios básicos e específicos indicados abaixo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Critério básico para atividades de extração de minérios (incluindo o beneficiamento contínuo) que já se encontram em operação. A atividade será considerada como não prejudicando significativamente se: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O processo de licenciamento ambiental e respectivos estudos ambientais e monitoramento associado determinarem que: <ul style="list-style-type: none"> • Na área de influência direta do empreendimento não há perda de valor da biodiversidade e ecossistemas considerados insubstituíveis em nível regional e nacional; • Na área de influência indireta da atividade não há impactos negativos e não mitigáveis sobre as áreas protegidas

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

- ou áreas relevantes para a biodiversidade. Para efeitos do presente critério:
 - Áreas protegidas são definidas como todas as categorias de áreas incluídas pelo Governo Brasileiro na Base de Dados Mundial de Áreas Protegidas (*World Database on Protected Areas* - WDPA, por suas siglas em inglês), mantida e operada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
 - Áreas relevantes para a biodiversidade são definidas como áreas prioritárias para a conservação assim definidas em atos do Ministério do Meio Ambiente ou em instrumento de Zoneamento Ecológico Econômico, ou outros instrumentos internacionais aos quais o Brasil é signatário e oferecem proteção adicional a territórios ainda não incluídos em outras áreas protegidas.
- A atividade não causa dano ou degradação ambiental, assim definidos pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6938/1991) e pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9605/1998).
 - Para efeitos de apuração de dano ou degradação ambiental serão considerados atos administrativos ou judiciais aptos a surtir efeitos na empresa ou projeto de mineração.
- Operadores e entidades controladoras estimem os custos necessários para o cumprimento das obrigações relativas ao fechamento das minas e remediação de impactos, incluindo medidas de recuperação ambiental necessárias, vis-à-vis as medidas definidas nos Projetos Básicos Ambientais. Quaisquer ajustes nas condições e requerimentos ambientais devem ser cumpridos, documentados e comunicados para o agente regulatório adequado. Operadores e entidades controladoras devem aprovisionar recursos para o cumprimento destas obrigações.
- O Plano de fechamento da mina deve seguir critérios técnicos mínimos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental e estudos e planos associados, bem como seguir a Resolução Nº 68 de 30/04/2021 da Agência Nacional da Mineração (ANM) e a norma técnica ISO 24419-1:2023.
- O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nos atos de licenciamento ambiental e estudos e planos associados.
- Critérios específicos para a abertura de novas minas e expansão de minas existentes que requerem novo processo de licenciamento ambiental:

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

- Em caso de sobreposição com áreas protegidas, a atividade será considerada como não prejudicando significativamente se a conversão de habitats em áreas protegidas respeitar os seguintes critérios:
 - Florestas – verificação se a atividade de mineração é compatível com o marco legal de criação da área protegida (legislação e decreto) e se está em alinhamento com o Plano de Manejo;
 - Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico – verificação se o ato de criação trata especificamente da atividade de mineração, e, caso haja plano de manejo, verificar alinhamento;
 - Terras Indígenas – verificação se há autorização do Congresso Nacional para o início e funcionamento da atividade de mineração.
- Para efeitos de aplicação do critério serão reconhecidas Terras Indígenas delimitadas ou homologadas;
- Demais categorias de Unidades de Conservação (*vis-à-vis* Lei Nº 9985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação) – a atividade de mineração é considerada incompatível e, portanto, prejudicando significativamente.
- Abertura de novas minas ou expansão de minas existentes em áreas relevantes para a biodiversidade. A atividade será considerada como não prejudicando significativamente se a conversão de habitats e o impacto ambiental associado forem avaliados em processo de licenciamento e estudos ambientais associados e todas as medidas necessárias para mitigação e redução de impacto foram adotadas para assegurar que não ocorrerá a perda de valor da biodiversidade e ecossistemas considerados insubstituíveis em nível regional e nacional.
- A abertura de novas minas que seja precedida por processo de desafetação ou mudança de categoria de área protegida incompatível com a atividade de mineração (Unidades de Conservação de proteção integral, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural) será considerada como prejudicando significativamente a biodiversidade.
- São consideradas exceções os casos em que a desafetação ou mudança de categoria foram motivadas por perda irremediável de valor da biodiversidade e dos ecossistemas, causada por ações não relacionadas ao processo de mineração.
- Critério específico para operação de minas e operações de beneficiamento:
 - A atividade será considerada como não prejudicando significativamente se:
 - Metais e materiais tóxicos não forem detectados em níveis acima dos limites regulatórios fora do ambiente

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

	<p>controlado da mina e em sua área de influência indireta, desde que esses níveis sejam decorrentes da atividade de mineração e não uma característica específica da área onde a mina está localizada, conforme indicado pelos estudos de background;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O operador implementa adequadamente os planos e programas operacionais determinados no processo de licenciamento ambiental, conforme atestado em relatórios regulares requeridos no processo de licenciamento ambiental e apuração rotineira realizada pelos órgãos licenciadores; • O operador proativamente atualiza planos e programas operacionais determinados no processo de licenciamento ambiental quando necessário e apresenta estas modificações e atualizações para o agente regulador e partes interessadas, assegurando a máxima transparência possível para o público. <ul style="list-style-type: none"> ○ Critério relativo à mineração em águas marinhas profundas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Define-se como águas profundas as regiões abaixo de 200 metros do nível do mar; ▪ Atividades de mineração em águas marinhas profundas e beneficiamento de minério extraído de águas marinhas profundas serão consideradas como prejudicando significativamente até que estudos técnicos sobre a atividade esclareçam os limites operacionais e potencial impacto ambiental da atividade. ○ Critério relativo à barragem de rejeitos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O operador está em conformidade com a legislação nacional para a segurança de barragens; ▪ Atinente a questões relativas à biodiversidade, o operador incorpora todos os princípios dos Padrões Industriais para o Manejo de Barragens de Rejeito de 2020 (<i>Global Industry Standard for Tailings Management</i> - GISTM, por suas siglas em inglês). ▪ A localização de novas barragens de rejeito à montante de áreas protegidas deve considerar as áreas de “<i>dam break</i>” e áreas de inundação projetadas de forma a minimizar o risco de impacto ambiental em caso de evento catastrófico.
Uso sustentável do solo e conservação, manejo e uso	<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação das condições em que a atividade extrativa prejudica significativamente o uso sustentável da terra e conservação, manejo e uso sustentável das florestas deve considerar os critérios básicos e específicos indicados abaixo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Não são consideradas como causando prejuízo significativo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas em operação onde já foram executadas a supressão de vegetação e remoção do solo; e

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

sustentável das florestas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação de mina existente ou abertura de nova mina que não requeiram a supressão de vegetação ou remoção do solo ▪ A atividade afeta diretamente áreas com cobertura florestal e solos consideradas altamente degradadas ○ Para todos os demais casos, a atividade será considerada como não causando prejuízo significativo se: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A supressão de vegetação priorizar usos de maior valor agregado para a biomassa e recursos florestais extraídos durante a fase de supressão de vegetação ▪ A empresa forme um banco de germoplasma para uso na restauração de áreas durante a operacionalização da mina ou quando de seu fechamento ▪ A empresa adote técnicas de extração e armazenamento do solo para uso na restauração de áreas durante a operacionalização da mina ou quando de seu fechamento
Uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos	<ul style="list-style-type: none"> • Não serão consideradas como causando prejuízo significativo a os recursos hídricos e marinhos as atividades extrativas que: <ul style="list-style-type: none"> ○ Tenham relatórios transparentes auditáveis publicizados anualmente demonstrando o cumprimento de todas as condições estabelecidas no processo de licenciamento ambiental específico para cada mina; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os relatórios devem apresentar dados sobre perfil de emissão de efluentes ou de lixiviação indicando cumprimento com os as condições e padrões estabelecidos na Resolução CONAMA 430/2011 ○ Em regiões de elevado estresse hídrico (assim definidas em mapeamento da Agência Nacional de Águas, ou áreas de estresse hídrico alto ou extremamente alto indicadas no Water Risk Atlas publicado pelo World Resources Institute – Kuzma et al, 2023) adotem tecnologias de ciclo fechado de água com pelo menos 80% de eficiência para operações de extração e beneficiamento contínuo ○ Garantam que o lançamento de efluentes não afeta águas de classe especial, e nos demais casos não leva ao rebaixamento de classe conforme definições estipuladas nas Resolução CONAMA 357/2005, 397/2008, 410/2009, e 430/2011 ○ Não causem dano ou degradação ambiental, assim definidos pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6938/1991) e pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9605/1998). <ul style="list-style-type: none"> ▪ Para efeitos de apuração de dano ou degradação ambiental serão considerados atos administrativos ou judiciais aptos a surtir efeitos na empresa ou projeto de mineração. ○ Tenham operadores e entidades controladoras que estimem os custos necessários para o cumprimento das obrigações relativas ao fechamento das

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

	<p>minas e remediação de impactos, incluindo medidas de manejo e proteção de recursos hídricos, vis-à-vis as medidas definidas nos Projetos Básicos Ambientais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quaisquer ajustes nas condições e requerimentos ambientais devem ser cumpridos, documentados e comunicados para o agente regulatório adequado. Operadores e entidades controladoras devem aprovisionar recursos para o cumprimento destas obrigações. ○ Sejam cobertas por um Plano de fechamento da mina que siga critérios técnicos mínimos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental e estudos e planos associados, bem como seguir a Resolução Nº 68 de 30/04/2021 da Agência Nacional da Mineração (ANM) e a norma técnica ISO 24419-1:2023, visando assegurar a manutenção e estabilidade dos recursos hídricos na região.
Transição para uma economia circular	<ul style="list-style-type: none"> • Serão consideradas como prejudicando significativamente a economia circular a venda de minério para cadeias de valor em regiões onde: <ul style="list-style-type: none"> ○ Há a viabilidade técnica e socioeconômica de atendimento à demanda industrial com substitutos perfeitos de origem reciclada; ○ A venda de minério para as cadeias de valor específicas comprometa o uso de substitutos reciclados. • A aplicação do critério fica condicionada à disponibilidade de avaliações ou diagnósticos nacionais ou regionais sobre circularidade das cadeias de valor e viabilidade técnica e socioeconômica de substitutos perfeitos de origem reciclada.
Prevenção e controle de contaminação	<ul style="list-style-type: none"> • Não serão consideradas como causando prejuízo significativo a os recursos hídricos e marinhos as atividades extrativas que: <ul style="list-style-type: none"> ○ Tenham relatórios transparentes auditáveis publicizados anualmente demonstrando o cumprimento de todas as condições estabelecidas no processo de licenciamento ambiental específico para cada mina; ○ Em regiões sujeitas a períodos de seca prolongados avaliem e adotem as medidas necessárias para eliminar ou minimizar a emissão de material particulado no ar. ○ Não utilizem substâncias restritas ou classificadas como de risco devido à: <ul style="list-style-type: none"> ▪ persistência e toxicidade ao meio ambiente; ▪ bioacumulação e toxicidade ao meio ambiente; ▪ persistência, bioacumulação e toxicidade ao meio ambiente; ▪ carcinogenicidade, mutagenicidade ou toxicidade à reprodução; ▪ características de disruptores endócrinos, com base em evidências científicas; ○ Não causem dano ou degradação ambiental, assim definidos pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6938/1991) e pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9605/1998).

Não prejudicar significativamente (a nenhum dos seguintes objetivos):

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para efeitos de apuração de dano ou degradação ambiental serão considerados atos administrativos ou judiciais aptos a surtir efeitos na empresa ou projeto de mineração. ○ Tenham operadores e entidades controladoras que estimem os custos necessários para o cumprimento das obrigações relativas ao fechamento das minas e remediação de impactos, incluindo medidas de contenção, estabilização ou descontaminação de áreas utilizadas, vis-à-vis as medidas definidas nos Projetos Básicos Ambientais. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quaisquer ajustes nas condições e requerimentos ambientais devem ser cumpridos, documentados e comunicados para o agente regulatório adequado. Operadores e entidades controladoras devem aprovisionar recursos para o cumprimento destas obrigações. ○ Sejam cobertas por um Plano de fechamento da mina que siga critérios técnicos mínimos estabelecidos no processo de licenciamento ambiental e estudos e planos associados, bem como seguir a Resolução Nº 68 de 30/04/2021 da Agência Nacional da Mineração (ANM) e a norma técnica ISO 24419-1:2023, visando assegurar a contenção, estabilização ou descontaminação das áreas afetadas.
Redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos de gênero, raça e seus contextos regionais e territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo A1: Critérios de Não prejudicar significativamente os objetivos econômicos-sociais 9 e 10.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, 2023. *Anuário Mineral Brasileiro: principais substâncias metálicas, coordenação técnica de Karina Andrade Medeiros. Brasília.*

CDP, 2024. *CPD Technical Note: Relevance of Scope 3 Categories by Sector*. Disponível em: https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/guidance_docs/pdfs/000/003/504/original/CDP-technical-note-scope-3-relevance-by-sector.pdf.

EY e IBRAM, 2024. *A atratividade do setor mineral brasileiro*. EY Brasil, São Paulo. Disponível em: https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_br/topics/mining-metals/ey-ibram-estudo-atratividade-setor-mineral-brasileiro-2024-versao-final.pdf#:~:text=A%20minera%C3%A7%C3%A3o%20desempenha%20um%20papel%20crucial%20no,economia%20do%20pa%C3%92s%20fornecendo%20os%20recursos%20necess%C3%A1rios.

IEA, 2024. *Global Critical Minerals Outlook 2024*. IEA, Paris. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2024>, Licence: CC BY 4.0.

Kuzma, S., M.F.P. Bierkens, S. Lakshman, T. Luo, L. Saccoccia, E. H. Sutanudjaja, and R. Van Beek. 2023. *Aqueduct 4.0: Updated decision-relevant global water risk indicators*. Nota Técnica. Washington, DC: World Resources Institute. Disponível em: doi.org/10.46830/writn.23.00061.

LEÃO, R.; RABELO, R., 2023. *A Extensão da cadeia produtiva da economia mineral no PIB brasileiro*. Ipea, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2950-port>.

Anexo A1.

Critérios de Não prejudicar significativamente os objetivos econômicos-sociais 9 e 10

Conforme estabelecido pelo Plano de Ação da TSB, o alinhamento aos critérios de Não Prejudicar Significativamente (NPS) devem considerar não apenas os objetivos ambientais e climáticos, como descrito no caderno, mas também os objetivos sociais. Sendo estes últimos transversais, apresenta-se a seguir o anexo referente aos critérios de NPS para os objetivos de redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos de gênero, raça e seus contextos regionais e territoriais. Neste sentido, a organização não deve ter práticas discriminatórias, evitando reproduzir, perpetuar e/ou agravar as desigualdades de gênero e raça.

São apresentados na tabela seguinte os nove indicadores de NPS, os quais devem ser respondidos afirmativamente pelas companhias abertas (com exceção das definidas como sendo de menor porte na Lei no 6.404/1976) ou organizações de grande porte em relação ao ano fiscal anterior. Observando o princípio da proporcionalidade, organizações de pequeno e médio porte devem responder afirmativamente apenas os seguintes três indicadores: NPS.2, NPS.8, e NPS.9.

Tabela A1: Critérios de Não Prejudicar Significativamente os objetivos 9 e 10

Ind.	Dimensão	Nível de atuação	Tema	Indicador	Fonte: (Adaptado)	Orientações para preenchimento
NPS.1	Governança	Política	Geral	A organização possui uma política que repudie qualquer tipo de discriminação de gênero e raça em todas as suas práticas?	COP HR2. L1.1 ETHOS 23.2.1 GPTW MEX 1.2.1 WEP Q.2	A organização deve ter documento formal, expressando diretivas relativas à não discriminação de gênero e raça em suas práticas. O documento deve atender às características acima, podendo ser um regulamento, norma ou protocolo. A política pode ser individual ou estar contemplada em outras políticas da organização, por exemplo, no Código de Conduta ou na política de direitos humanos.
NPS.2	Relações com pessoas trabalhadoras	Processos	Recrutamento e seleção	A organização possui procedimentos de recrutamento e seleção livres de discriminação e preconceitos relacionados a gênero e raça?	ETHOS 23.2.4 MEX 1.2.1 WEP Q.4	Por exemplo, se examinou os anúncios de vagas para eliminar preconceitos, analisando a linguagem e os requisitos e orientação a pessoas recrutadoras para identificação de vieses.
NPS.3	Relações com pessoas trabalhadoras	Processos	Avaliação de desempenho e promoção	A organização possui procedimentos de promoção e mobilidade interna livres de discriminação e preconceitos relacionados a gênero e raça?	ETHOS 23.2.5	

NPS.4	Relações com pessoas trabalhadoras	Processos	Violência, discriminação e assédio	A organização possui canal de denúncias ou reclamações para questões relacionadas à discriminação, preconceito, assédio e/ou violência de gênero e raça, garantindo a confidencialidade e/ou o anonimato da pessoa denunciante?	GPTW IEER Nível 2 PRÓ-EQUIDADE 7.1 WEP Q.2 e Q.10	Os canais confidenciais podem ser próprios ou gerenciado por um terceiro independente. Garante-se à pessoa denunciante confidencialidade (caso a pessoa se identifique) ou o anonimato (caso a pessoa opte por não se identificar) e não retaliação.
				1) nas relações com pessoas trabalhadoras		
				2) nas relações com pessoas e empresas terceirizadas e fornecedoras		
				3) nas relações com pessoas e empresas clientes e consumidoras		
				4) nas relações com a comunidade		
NPS.5	Relações com pessoas trabalhadoras	Processos	Violência, discriminação e assédio	A organização possui procedimentos formais para resolução e não retaliação para tratar e responder a incidentes de discriminação, preconceito, assédio e/ou violência de gênero e raça, garantindo a confidencialidade e/ou o anonimato da pessoa denunciante?	CEERT RAC 7.3.4 ETHOS 23.3.2 WEP Q.2 e Q.10	Os mecanismos e procedimentos formais para o tratamento das denúncias recebidas podem incluir previsão de penas e punições. Garante-se à pessoa denunciante confidencialidade (caso a pessoa se identifique) ou o anonimato (caso a pessoa opte por não se identificar) e não retaliação.
				1) nas relações com pessoas trabalhadoras		
				2) nas relações com pessoas e empresas terceirizadas e fornecedoras		
				3) nas relações com pessoas e empresas clientes e consumidoras		
				4) nas relações com a comunidade		
NPS.6	Relações com pessoas e empresas consumidoras e clientes	Processos	Propaganda e marketing	A organização examina as ações de comunicação, propaganda e demais materiais de divulgação quanto à política	CEERT RAC 10.4.1 WEP Q.15	Por exemplo, avaliação se existe representação de estereótipos de gênero negativos.

				de não discriminação e equidade de gênero e raça?		
NPS.7	Relações com a comunidade	Processos	Engajamento com a comunidade local	Na gestão de projetos, a organização possui procedimentos para avaliar, gerir e monitorar impactos sobre as comunidades locais, garantindo a não discriminação, a não reprodução e intensificação das desigualdades de gênero e raça e o respeito aos direitos de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas trans e suas intersecções?	IFCPS WEP Q.17	Aplicável para projetos relacionados a atividades econômicas que requerem licenciamento ambiental, segundo Resolução CONAMA no 237/1997.
NPS.8	Relações com as pessoas trabalhadoras	Processos	Representatividade	A organização informa publicamente o percentual de pessoas trabalhadoras, com dados desagregados por gênero, raça e suas intersecções?	BLOOMBERG; CEERT (quadro de indicadores quantitativos); Decreto nº 10.854/2021; Portaria MTE nº 671/2021; ETHOS 23.1 e 23.2; FRE 10.1.a; GRI 405-1.b; IEER Nível 1; PRÓ-EQUIDADE 1.1; WEP I.10.	A organização informa publicamente no ano fiscal analisado o perfil do corpo funcional, informação relevante para conhecimento e atuação de seus públicos de interesse, como governo e sociedade civil.
NPS.9	Relações com as pessoas trabalhadoras	Processos	Representatividade	A organização informa publicamente o percentual de pessoas trabalhadoras por nível hierárquico, com dados desagregados por gênero e raça e suas intersecções?	BLOOMBERG; CEERT (quadro de indicadores quantitativos); COP L.7; ETHOS Q23.1 e Q23.2; FRE 7.1; GRI 405-1 a e b; IEER Nível 1; ISE CHediPDI-d. e CHediPDI-e; PRÓ-EQUIDADE 3.1; SISTEMA B; WEP I.1.	Informação relativa ao ano fiscal anterior.

Fonte: Elaboração própria, com base em Indicadores Ethos – CEERT para Promoção da Equidade Racial [CEERT]; Comunicação das Partes, Pacto Global da ONU [COP]; Índice de Igualdade de Gênero do governo do México [MEX]; Indicadores Ethos [ETHOS]; Great Place to Work – Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar e Melhores Empresas para a Questão Étnico-Racial 2023 [GPTW]; Ferramenta do Women’s Empowerment Principles [WEP]; Índice ESG de Equidade Racial - Pacto de Promoção da Equidade Racial [IEER]; Programa Pró-Equidade [PRÓ-EQUIDADE]; Global Reporting Initiative [GRI]; IFC’s Performance Standards [IFC-PS].